

Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guaranis Mbyá da Aldeia Boa Esperança, Aracruz, Espírito Santo, Brasil

Food and Nutrition Security among the Guarani Mbyá from the Village Boa Esperança, Aracruz, Espírito Santo, Brazil

Leila César Vargas¹, Rodrigo da Silva Souza², Camila Barboza Sufiate², Elizabete Marques dos Santos³, Marcelo Eliseu Sipioni⁴, Ana Maria Bartels Rezende⁴

¹ Coordenadora do Projeto, Doutorado em Ciências Fisiológicas – UFES, Espírito Santo, Brasil.

² Graduação em Nutrição - Universidade Vila Velha – UVV/ES, Espírito Santo, Brasil.

³ Graduação em Enfermagem - Universidade Vila Velha – UVV/ES Espírito Santo, Brasil.

⁴ Docentes do Curso de Nutrição da Universidade Vila Velha – UVV/ES, Espírito Santo, Brasil.

Endereço para correspondência: Ana Maria Bartels Rezende – nutrição@uvv.br

Palavras-chave:

Segurança Alimentar e Nutricional
Guarani
Vulnerabilidade Social

RESUMO

O estudo descreve a situação de segurança alimentar vivenciada por indivíduos da tribo guarani, moradores da aldeia Boa Esperança, no município de Aracruz, Espírito Santo, Brasil. Foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) adaptada, com 15 questões que refletem a insegurança alimentar e nutricional em diferentes níveis de intensidade. Foram investigados todos os 25 domicílios da aldeia, dos quais foram obtidas informações sociodemográficas. A prevalência de domicílios com algum grau de insegurança alimentar foi de 9% para insegurança leve, 41% moderada e 41% grave. Grande parte dos indivíduos conviviam com o medo de ficar sem alimentos, havendo entrevistados que afirmaram ter passado por situações de fome no mês anterior à entrevista, apontando que o mesmo ocorreu com as crianças da família. Situações mais graves de insegurança alimentar e nutricional foram observadas em domicílios onde havia menor renda mensal per capita, maior densidade domiciliar, maior número de filhos por grupo familiar. A utilização da EBIA adaptada mostrou-se uma forma possível de avaliar a situação alimentar das famílias, perpassando desde a preocupação com a falta de alimento no futuro próximo até a redução quantitativa na alimentação. Entretanto, a sua utilização com outros grupos deve ser concebida à luz das especificidades de cada povo, e a aplicação da escala tem de ser precedida de etapa de adaptação.

Keywords:

Food Security and Nutrition
Guarani
Social Vulnerability

ABSTRACT

This study describes the food security situation experienced by the Guarani Indians, living in Aracruz, State of Espírito Santo, Brazil. We used the adapted Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), with 15 questions reflecting food and nutrition insecurity at different levels of intensity. We investigated 25 homes and collected information about density and household characteristics. The prevalence of homes with some degree of food insecurity was 9% for mild insecurity, 41% for moderate and 41% for severe. Most of the individuals lived with the fear of running out of food and part of the respondents claimed to have experienced situations of hunger in the months preceding the interview, pointing out that the same occurred with the children of the family. More severe situations of food insecurity and nutritional status were observed in households with lower monthly income per capita, higher household density, greater number of children per household. The use of adapted EBIA proved to be a possible way to assess the food situation of households, spanning from the concern over the lack of food in the near future to its quantitative reduction. However its use with other groups must be designed in the light of the specificities of each people, and the application of the scale has to be preceded by preliminary stages.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem se mostrado um dos países que mais trabalham para o fim da miséria e da fome em todo o mundo. Para isso, são muitas as ações no âmbito da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada que têm sido desenvolvidas em todo território nacional ao longo da última década.

Prova deste protagonismo é a criação de mecanismos legais que institucionalizaram a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, a alimentação foi incluída no texto da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, por meio da Emenda Constitucional 64/2010, como um direito social de todos os brasileiros e, portanto, dever do Estado.

Definiu-se Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) segundo o conceito mais amplo, que vem sendo discutido por toda a sociedade, fundamentado na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e consolidado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei 11.346/2006, artigo 3º):

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”¹

Este conceito envolve uma gama de possibilidades para a garantia da SAN, por tratar de todos os aspectos relacionados à alimentação, ao alimento e à nutrição, como a qualidade dos alimentos, as condições ambientais para a sua produção, o desenvolvimento sustentável e a existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana².

A SAN possui diversas dimensões exatamente porque é determinada por várias condicionantes, sociais, econômicas e culturais. Assim sendo, também são muitas as possibilidades de se medir a SAN, direta ou indiretamente³.

Dentre os métodos diretos, podemos destacar a EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional, que vem sendo utilizada em importantes pesquisas de base populacional em todo o país. A EBIA é um instrumento desenvolvido por pesquisadores americanos e adaptado à realidade brasileira por nossas instituições de ensino e pesquisa⁴. Tal instrumento é utilizado para classificar a população residente em áreas rurais e urbanas, a partir de pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, em cidades de quatro macrorregiões do Brasil – norte, nordeste, centro-oeste e sudeste, e em áreas rurais das cinco macrorregiões brasileiras⁵. Estas pesquisas resultaram em um questionário considerado adequado para avaliação de insegurança alimentar (IA) em investigações populacionais nacionais e em pesquisas locais. A EBIA é o único instrumento já validado no país que examina de forma direta a insegurança alimentar nas famílias por meio das suas percepções da fome⁶.

Algumas limitações podem ser atribuídas à EBIA, como o fato de ela considerar segurança ou insegurança alimentar e nutricional essencialmente a escassez ou medo de privações em relação à alimentação da família, em detrimento do amplo conceito já citado trazido pelo LOSAN. Além disso, mesmo oferecendo o conceito de qualidade da alimentação, essa referência na EBIA é dada pela própria família entrevistada, o que pode gerar ambiguidade no entendimento sobre o tema⁷.

A abordagem do tema da SAN no Brasil representa um enorme desafio, não só pela complexa abrangência analítica e prática que requer o assunto, mas pela intrincada estrutura

social que faz do Brasil um país etnicamente heterogêneo. Desta forma, tratar a SAN de forma contextualizada é de fundamental importância, tanto no diagnóstico dos possíveis problemas presentes em uma dada comunidade quanto na intervenção.

Assim, é imprescindível analisar a SAN de acordo com cada grupo e adaptar a cada realidade os métodos avaliativos. É o caso dos indígenas, grupo a que se destina a análise de intervenção neste artigo. Segundo Azevedo; Segall-Corrêa; Ferreira⁸, a medida direta da IA entre os indígenas, seus determinantes e suas consequências constituem um desafio que precisa ser enfrentado.

Fávoro *et al.*⁹ adaptaram a EBIA às condições e contextos indígenas em estudo realizado no Mato Grosso do Sul como forma de conseguirem melhores resultados na compreensão e no entendimento das questões do instrumento utilizado. Essa é uma estratégia válida, tendo em vista as dificuldades de entendimento e necessidades de instrumentos específicos para avaliação da SAN em comunidades indígenas¹⁰.

A proposta de uso de instrumento de avaliação da IA entre povos indígenas tem fundamento no fato de que tais grupos precisam de atenção especial e contextualizada no que compete à SAN, fato que vem sendo debatido intensamente pela sociedade civil e pelos canais de diálogo, entre a sociedade civil e a esfera governamental¹¹. Além disso, o sucesso de experiência anterior de pesquisadores que validaram a EBIA¹² e a absoluta necessidade, já expressa em documentos oficiais, de conhecer a situação de IA e fome vivida pelos povos indígenas no Brasil torna a utilização do instrumento ainda mais viável e necessária. Seu desenvolvimento permitirá aprimorar métodos e instrumentos de pesquisa contribuindo na formulação de políticas e ações voltadas para a melhoria das condições de vida e saúde dos povos indígenas brasileiros.

Considerando a importância da realização de estudos que avaliem a situação de segurança alimentar nos povos indígenas, e a necessidade de que eles forneçam informações úteis para construir indicadores de condições de vida e saúde, este estudo teve como objetivo determinar a prevalência da IA nas unidades domiciliares, assim como descrever a situação socioeconômica na aldeia Boa Esperança, o primeiro núcleo guarani no município de Aracruz (ES). A seguir será feita uma breve descrição da história dos índios guaranis no Espírito Santo.

A população indígena no Espírito Santo

No município de Aracruz, região norte capixaba, existem duas etnias: tupiniquim e guarani. Os tupiniquins são povos indígenas originários do estado do Espírito Santo, concentrando-se nas aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá e Comboios. Os guaranis representam a etnia que migrou para a região, iniciando o *oguada porã* (caminhada) pela família da líder religiosa, ou *yraydjá, Tātãxi Ywa Reté*, cujo ponto de partida consistiu na aldeia de *Pindovy*, localizada no Paraguai.

Os avós, chefes espirituais, lideraram os familiares na ida para a Argentina, na região de Santa Maria, lá permanecendo por sete anos. Por volta de 1940, o grupo decidiu se mudar para o Rio Grande do Sul. De lá percorreram os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Neste último, passaram pelo município de Guarapari e por Vitória, e se estabeleceram em Caieiras Velhas, região de Aracruz¹³. A líder espiritual vislumbrou em sonho a “terra sem males,” guiando o grupo migratório *mbyá* até o litoral capixaba.

Para os *mbyá*, a terra concentra os significados de revelação e, ao longo de sua história pregressa, fugiram de situações de ameaça à existência do grupo, sendo esta uma das formas tradicionais de organizar as estratégias de resistência junto às contínuas lutas enfrentadas na defesa e reivindicação dos seus territórios¹⁴.

A aldeia Boa Esperança (*Tekoá Porá* ou aldeia sagrada) foi o primeiro núcleo guarani no Espírito Santo. A presença guarani no estado é anterior aos anos 1960, segundo o relatório¹⁵ e os documentos do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), pois foram encontrados registros de guaranis de 1950 a 1960. Em Aracruz os guaranis vivem nas aldeias de *Tekoá Porá*, *Mboapy Pindo* e *Piraquê-Açu*, sobrevivendo basicamente do artesanato. A chegada da tribo ao Espírito Santo teve apoio dos tupiniquins, que inclusive compartilharam seus territórios com os recém-chegados, desde aquele momento¹⁶.

Segundo Ladeira¹⁷, o guarani *mbya* é o único subgrupo que continua, em tempos presentes, migrando à procura da “terra sem males”. Isso significa a busca do *tekoa*, um lugar apropriado ao seu modo de vida, e que reúne condições físicas como proximidade à região de Mata Atlântica, o mar e na direção leste. A relação dos guaranis com o *tekoa* e a obediência às normas de vida em sociedade são as condições essenciais para se atingir a “terra sem males”. O *guatá* realizado pelos *mbya* apresenta inúmeras explicações, que variam desde a religião, o conflito de terras, até a busca pelos antepassados, parentes, casamentos, sementes e alianças políticas.

MÉTODOS

Este estudo obteve autorização prévia da FUNAI, das lideranças da aldeia, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vila Velha – UVV/ES processo número 222/09. Para viabilizar sua execução, obteve apoio financeiro dessa Universidade e da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

Trata-se de um estudo de corte transversal, desenvolvido no período de maio a dezembro de 2010, realizado nos 25 domicílios ocupados na aldeia Boa Esperança, uma das três aldeias da etnia guarani situadas no município de Aracruz (ES-Brasil).

Este município localiza-se na porção norte do litoral do

Espírito Santo, com área territorial calculada em 1.435 km², o que equivale a 3,15% do território estadual. Faz limite ao norte com Linhares; ao sul com Fundão; a oeste com Ibraçu e João Neiva e a leste com o oceano Atlântico¹⁸. Além da sede, o município é formado pelos distritos de Guaraná, Jacupemba, Riacho e Santa Cruz; neste último estão localizadas as aldeias guarani.

A coleta de dados foi realizada por entrevistadores previamente treinados, com auxílio de membro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e colaboração de agente de saúde indígena da aldeia Boa Esperança.

Em cada domicílio foi entrevistado apenas um adulto, cujo papel no cotidiano familiar permitisse que o mesmo respondesse questões referentes a todos os membros da família. Antes do início da entrevista era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que fosse assinado pelo participante; os analfabetos foram identificados por impressão dactiloscópica. Só foram entrevistados aqueles que cumpriram a formalidade. A aplicação específica da EBIA modificada foi autorizada somente por representantes de 22 domicílios, sendo realizada com uso de linguagem simples e explicações adicionais nos casos de dificuldade de compreensão pelos membros da etnia guarani.

O instrumento de coleta de dados utilizado para a avaliação da segurança alimentar e nutricional foi derivado da EBIA. Foram explorados os termos contidos na escala previamente adaptada pelo grupo de pesquisa antes de sua aplicação. A escala adaptada é composta de 15 perguntas fechadas, com respostas positivas e negativas, relativas à percepção dos entrevistados sobre a situação alimentar vivida pela família ao longo do mês anterior à entrevista. As respostas foram codificadas conforme o proposto por Segall-Corrêa *et al.*¹², considerando o processo de IA crescente, passando pela preocupação com a falta de alimentos, pelo comprometimento da qualidade da dieta e, por fim, pela redução quantitativa da alimentação. Para as respostas positivas, foi atribuído o valor “1”, e para as respostas negativas o valor “0”, resultando em um escore com amplitude de 0 a 15 pontos. A soma dos escores foi classificada em quatro níveis: “0” segurança alimentar; “1-5” insegurança alimentar leve; “6-10” insegurança alimentar moderada e “11-15” insegurança alimentar grave.

Adicionalmente, foram estudadas características sociodemográficas da unidade domiciliar (tipo de domicílio, abastecimento de água, tipo de coleta do lixo, tipo de esgotamento sanitário, presença de filtro de água, geladeira e equipamentos domésticos no domicílio, bem como distribuição de gênero, faixa etária e de ocupação da população do estudo). Para acesso a estes dados foram entrevistados os representantes de todos os domicílios ocupados da aldeia Boa Esperança (n=25).

Assim, os resultados gerais do estudo incluem informações obtidas com representantes de 25 domicílios, e os dados de segurança alimentar aparecem somente os dados relacionados a 22.

RESULTADOS

Caracterização sociodemográfica da aldeia e dos domicílios.

A aldeia Boa Esperança é formada por casas esparsas, com 25 domicílios ocupados, distribuídos em diversas áreas, alguns próximos à rodovia (ES-010), e a maioria concentrada numa região mais elevada, próxima à vegetação existente. Na cultura guarani existe a prática de abandono do domicílio, e na aldeia foram observados nove domicílios não ocupados. Existem construções coletivas na aldeia incluindo a “escola indígena”; a “cabana de eventos”, a “casa de costura” (desativada), a “cabana de artesanato”, a Unidade de Saúde Indígena (USI). No ano de 2010 não existia na aldeia Boa Esperança a “casa de reza”, espaço para a prática de rezas e rituais coletivos, local importante para a articulação social e espiritual na cultura guarani. A USI existente na aldeia Boa Esperança atende as populações das três aldeias guarani: Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-açu. Na parte central da aldeia, encontra-se uma cabana de eventos (aty) para as reuniões do grupo. Os domicílios recebem um número de cadastro pela FUNASA, e a USI realiza o cadastro das famílias residentes, estabelecendo um número para cada domicílio existente na aldeia Boa Esperança. Os números de cadastro da USI e FUNASA não são iguais.

A maioria dos domicílios são casas de tijolo, apenas 32% (n= 8) de estuque. A maioria apresentava acesso ao abastecimento de água por rede pública, coleta de lixo, e a forma mais comum de esgotadouro sanitário encontrada foi o uso de fossas sépticas. Apesar da coleta de lixo na aldeia, observou-se descarte de resíduos ao redor dos domicílios, cujos responsáveis mencionaram dificuldade de obtenção de sacolas para armazenamento temporário dos resíduos gerados. Os resíduos armazenados em sacos plásticos são dispostos no centro da aldeia para a coleta diária pela Prefeitura de Aracruz. Somente foi mencionado o hábito de filtração da água em dois domicílios visitados; assim, o total de 95% dos representantes dos domicílios (n=23) mencionou não ter acesso à água filtrada. No ano de 2010, existiam 20 domicílios com banheiros, sendo 11 no interior da habitação, e 10 fora das dependências. Um dos domicílios apresentava banheiro dentro e fora das dependências da habitação. Neste período foram observados quatro domicílios sem banheiros, e quatro domicílios com banheiros sem uso, devido à existência de problemas de funcionamento. Existem banheiros em funcionamento na escola indígena, e o banheiro coletivo próximo à “cabana de evento” estava desativado, devido à falta de manutenção das instalações.

No interior dos domicílios, os guaranis contam geralmente com poucos móveis como cadeiras, mesa, cama e armário ou cômoda para roupas, e poucos utensílios para a cozinha, sendo que este cômodo geralmente se mescla com a sala. Quanto ao

tipo de fogão, observa-se a utilização de pedras, fogões a lenha e a gás. Somente dois domicílios tinham fornos para produção de alimentos, apesar do interesse em consumo de pães, bolos e outras preparações que requerem o seu uso. Em volta de algumas casas existia plantação de banana, batata-doce, abacaxi, milho, cana-de-açúcar, dentre outras culturas.

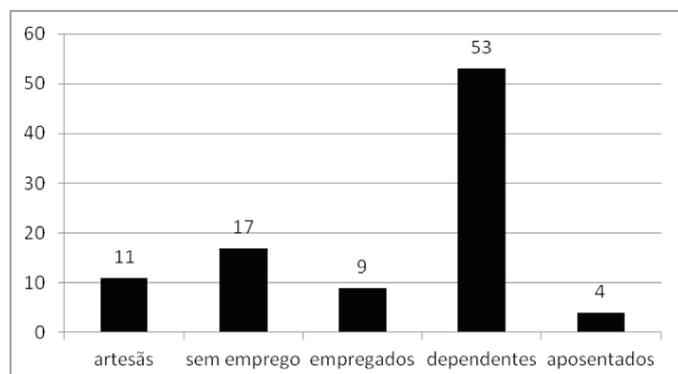
No ano de 2010 a aldeia apresentava 25 domicílios, com população total de 93 pessoas, conduzidas pelo cacique e pelo vice-cacique, que também é o pajé da aldeia. Em relação à idade dos indivíduos (n=93), 38,7% das pessoas tinham entre 0 a 11 anos; 20,4% entre 12 e 18 anos; 36,6% entre 19 e 59 anos, e somente 4,3% entre 60 e 79 anos. Na aldeia, 67% das mulheres tinham mais de três filhos. O percentual de mulheres (54%) na aldeia era maior que o de homens (46%), e 67% dos indivíduos da aldeia contavam menos de vinte anos de idade. O total de indivíduos capazes de gerar renda para as famílias era extremamente reduzido, sendo identificados oito indivíduos com empregos fixos (dentro ou fora da aldeia) e onze indivíduos, na maioria mulheres, envolvidos na produção de artesanato que é diariamente comercializado na entrada da aldeia. Ainda, do total de 93 indivíduos da aldeia estudada, 53 eram dependentes da geração de renda dos responsáveis pelos domicílios (Figura 1). Foram identificadas duas formas de obtenção de alimentos pelas famílias: recebimento de cesta básica fornecida pela FUNAI e aquisição de produtos em mercearias da cidade mais próxima. Os resultados observados evidenciam a existência de real dificuldade econômica das famílias em garantir o suprimento de suas necessidades básicas.

Insegurança alimentar na aldeia Boa Esperança

Não foram observados domicílios em segurança alimentar, ou seja, aqueles que não apresentassem dificuldades em manter o consumo alimentar em quantidade e qualidade suficiente, ou que não possuíssem receio de não ter alimento suficiente para sustentar a família até o final do mês. Todos os domicílios estudados apresentaram algum grau de insegurança alimentar (IA), sendo que em aproximadamente 18% foi constatada IA leve, em 41% IA moderada e, em 41%, IA grave (Tabela 1).

A IA leve correspondeu às pessoas preocupadas com a falta de alimentos e com comprometimento quanto à qualidade da dieta; a IA moderada esteve presente quando, além de problemas com a qualidade da dieta, existia também a restrição quantitativa no consumo de adultos, enquanto a IA grave representou a forma mais severa, em que crianças passam por restrições alimentares, em qualidade e quantidade. A preocupação com a falta do alimento foi relatada como realidade para a maioria dos indivíduos entrevistados, havendo a afirmação de que temiam que, no mês anterior à entrevista, os gêneros alimentícios realmente acabassem antes que fosse possível a obtenção de novo estoque.

Figura 1 – Distribuição absoluta da população da aldeia Boa Esperança por situação de ocupação, conforme dados coletados neste estudo no ano de 2010.



Os alimentos que faltavam, mencionados pelos representantes dos domicílios com maior frequência, foram: carne (n=14), verdura (n=12), feijão (n=4), arroz (n=3). Os entrevistados mencionaram, por várias vezes, que a comida acabava antes do final do mês, pois a cesta não era suficiente, ou por não haver renda para comprar comida para todo o mês. Os entrevistados mencionaram também não haver comida suficiente para todos os dias, havendo perda frequente de uma das refeições a cada dia ao longo do mês anterior à aplicação da EBIA.

Tabela 1. Distribuição das frequências e percentuais referentes à variável (insegurança alimentar. Aldeia guarani, Aracruz, Espírito Santo, Brasil, 2010.

Variável	Domicílios estudados (n=22)	Percentual (%)
Insegurança alimentar		
Leve	4	18,2
Moderada	9	40,9
Grave	9	40,9
Segurança alimentar	0	00,0
Total	22	100,0

DISCUSSÃO

A comunidade indígena estudada vive muito próxima ao ambiente urbano, o que lhe confere características socioculturais, sobretudo no que se refere aos padrões alimentares, muito semelhantes aos dessa população vizinha. A organização de roças foi observada em poucos domicílios da aldeia Boa Esperança. Parte das famílias realiza compras na cidade de Aracruz, e alguns veículos entram na aldeia para a comercialização de frutas, verduras, galinhas, dentre outros produtos. Observaram-se nos domicílios visitados evidências da incorporação de produtos industrializados como açúcar, sal, café, macarrão, bolachas, arroz, refrigerantes e doces. Parte deles é incorporada à alimentação

dos indígenas pelas cestas básicas que recebem de programas assistenciais públicos e filantrópicos. O acesso aos alimentos por estas vias não garante, no entanto, segurança do ponto de vista alimentar, o que é inequivocamente comprovado pela prevalência de IA apresentada por esta população.

Partindo-se do conceito ampliado de segurança alimentar e nutricional, considera-se perpetuante a dependência destas famílias das ações emergenciais, como as de doação de cestas básicas. Por mais que isso seja considerado como uma medida necessária de combate à fome, pode representar uma perspectiva de desrespeito aos hábitos alimentares da população indígena. As transformações que práticas como esta podem causar precisam ser investigadas, pois mudanças no modo de vida e na organização social dos indivíduos e nas suas relações com a natureza podem comprometer a sua segurança alimentar e nutricional de modo irreversível¹⁹.

A distribuição etária observada na população da aldeia estudada, com predominância de jovens e crianças, contribui para o aumento das dificuldades de geração de renda suficiente para a manutenção das famílias. O menor número de idosos e adultos envolvidos na preservação da cultura guarani na aldeia representa situação que exige reflexão e busca de estratégias de intervenção e resgate da cultura deste povo.

Os domicílios da aldeia Boa Esperança classificados na categoria de IA corresponderam a 100% do universo estudado, resultado que supera o de outros estudos, como o de Fávoro *et al*⁹, que encontrou uma prevalência de 75,5% de IA em algum grau em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul (22,4% de IA leve, 32,7% de IA moderada e 20,4 de IA grave). O dado apresenta-se como alarmante, pois quase todos os domicílios estão expostos à privação de alimentos disponíveis para consumo em termos de qualidade e quantidade. Somando-se a isso o comprometimento social dessas famílias, como o baixo nível de renda, as condições precárias de moradia e a limitada iniciativa de plantio na aldeia revelam um quadro de instabilidade, com grande parte das pessoas convivendo com o medo da falta do alimento. A constatação da grande ocorrência de IA (100%) e das precárias condições de higiene dos domicílios demonstra a vulnerabilidade social e biológica à qual estão submetidos os índios da aldeia estudada. Esta alta prevalência de IA resulta principalmente de dificuldade de acesso a bens e serviço e insuficiência de renda.

Quanto à classificação dos domicílios segundo a presença de insegurança alimentar, observou-se que a IA leve e moderada estava presente, aproximadamente, em 9% e 41% das famílias, respectivamente. Não foram identificados domicílios com escores para classificação de segurança alimentar. Fatores relacionados com a qualidade da alimentação e a preocupação com a falta do alimento em um futuro próximo estão presentes na IA leve, enquanto que, na moderada, começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família. Já a IA grave,

presente em 41% dos domicílios estudados, caracteriza-se por deficiência quantitativa de alimento à mesa, implicando a sensação de fome entre adultos e crianças.

Em relação às condições de vida e aos aspectos de salubridade, foram observados problemas na manutenção dos banheiros domiciliares e coletivos, da cozinha da escola, predominância de ausência de filtração da água para o consumo humano, além de ausência de banheiros em alguns domicílios. De acordo com o Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas²⁰, um aspecto marcante da grande maioria das aldeias indígenas no país são as condições ambientais favoráveis à transmissão de parasitas e micro-organismos veiculados pela água e alimentos contaminados, como helmintos e protozoários intestinais, enterobactérias e rotavírus. Os postos indígenas, onde convivem funcionários administrativos, agentes de saúde, escolares e visitantes, apresentam saneamento precário, sendo comum a ausência de infraestrutura destinada à coleta dos dejetos e a inexistência de água de boa qualidade mantida e distribuída adequadamente^{21; 22}. Estratégias de controle das medidas de prevenção primária das doenças devem ser aplicadas de forma sistemática, com melhoria das condições de saneamento básico para todos os domicílios desta aldeia.

Observou-se na aldeia a necessidade urgente da inserção de medidas de garantia da segurança alimentar das famílias. Dada a existência de membros do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional na equipe responsável por este estudo, no ano de 2010 e 2011 foram promovidas visitas desses membros a representantes das aldeias guarani para discussão do problema evidenciado. Conforme o Ministério da Saúde²³, as políticas públicas voltadas à garantia da segurança alimentar devem extrapolar o setor da saúde, buscando uma perspectiva intersetorial, abrangendo a capacidade aquisitiva da população e a escolha dos alimentos que devem ser consumidos, levando ainda em consideração os fatores culturais que interferem nessa seleção.

Os resultados deste estudo são piores do que aqueles encontrados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios²⁴, que apresenta um percentual de 65,2% da população brasileira em estado de Segurança Alimentar e Nutricional e 34,8% em IA (16% de IA leve, 12,3 de IA moderada e 6,5% de IA grave). Tais resultados divergem ainda mais quando comparados aos dados da região sudeste, e especificamente do Espírito Santo, apresentados pela PNAD 2004, em que 72,9% e 71,7% da população, respectivamente, apresenta-se em situação de segurança alimentar e nutricional²⁴. É possível inferir, com base nos resultados obtidos, que a população guarani ainda permanece à margem dos direitos sociais que dignificam a raça humana, dentre eles, o acesso à alimentação adequada através de meios capazes de dar dignidade e proporcionar sentimento de cidadania a esta população.

Condição de marginalidade social que leva a altos índices de IA tem sido relatada, segundo estudos similares ao aqui apresentado, em comunidades tradicionais como os quilombolas. Monego *et al.*²⁵, constataram IA em 85% das 696 famílias de comunidades quilombolas do Tocantins, situação que, associada às precárias condições dos seus domicílios, demonstra a vulnerabilidade social e biológica a que estão submetidas comunidades com esta.

Os rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim têm grande importância econômica, social e alimentar para a população local e a indígena, que extrai dos rios e da floresta de manguezal o seu sustento diário²⁶. Oliveira²⁷ buscou identificar e comparar as inter-relações e diferentes formas de uso dos manguezais da bacia do rio Piraquê-açu, tomando como referência as aldeias de Três Palmeiras, Boa Esperança, Piraquê-açu e Caieiras Velhas. Neste estudo, com base no depoimento dos caciques guaranis, o uso dos produtos do manguezal, principalmente da fauna, na alimentação dos índios das aldeias Boa Esperança e Três Palmeiras, é praticamente restrito ao consumo de camarão e peixe. Já a aldeia Piraquê-açu consome também ostra, sururu, e pratica o comércio do caranguejo.

Salgado²⁸ considera que os recursos alimentares tradicionais, sejam os disponíveis na natureza ou os originários de sistema de produção equilibrada, passaram de componentes da sobrevivência autóctone a mercadorias necessárias à expansão do capital, modificando a economia das sociedades indígenas. Isto somado à condição territorial imposta a estas sociedades, que nem sempre atende as suas estratégias tradicionais de sobrevivência, e ao contato com a sociedade urbana, que promove, em graus variados, ruptura com o *ethos* tribal, afeta a identidade étnica e cultural desses grupos, fazendo com que passem a sobreviver de modo semelhante ao da sociedade que as cerca, inclusive absorvendo seus padrões de alimentação e nutrição.

Neste sentido, Pellon e Vargas²⁹ consideram que os *mbyá* de Aracruz e de outras regiões têm procurado se apropriar de novas tecnologias e recursos para reverter o quadro histórico de desigualdade social, acentuado atualmente pela reestruturação neoliberal dos mercados, sem no entanto abrir mão daquilo que consideram inegociável em sua cultura. Tal observação deve servir de referência para qualquer iniciativa de intervenção junto a estes povos.

De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição²³, a promoção da alimentação saudável deve ter como base o resgate de práticas alimentares regionais e o consumo de alimentos de produção local, possibilitando a diversidade e a alteração do atual modelo de consumo alimentar da população. Assim, considerando os dados obtidos na aldeia estudada, o apoio na introdução de práticas agroecológicas nas aldeias, como o manejo sustentável de recursos ali existentes,

além da manutenção de hortas coletivas e individuais podem representar algumas das estratégias para a melhoria das condições de alimentação indígena. Estratégias de valorização da cultura guarani na região representam também importantes medidas para minimizar os impactos negativos do convívio com indivíduos não índios no município de Aracruz (ES).

CONCLUSÃO

A utilização da EBIA adaptada mostrou-se uma forma possível de avaliar a situação alimentar das famílias guaranis da aldeia Boa Esperança, desde a preocupação com a falta de alimento no futuro próximo até a redução quantitativa na alimentação. Destaca-se, no entanto que sua aplicação foi realizada com extremo cuidado, visto que, os indivíduos estudados demonstraram certo grau de constrangimento em relatar a situação de carência alimentar vivida. A utilização deste instrumento com outros grupos deve ser concebida à luz das especificidades de cada povo, e a aplicação da escala tem de ser precedida de etapas prévias de adaptação.

Avaliou-se uma das faces da insegurança alimentar dentro de uma complexa rede causal, em que a segurança alimentar foi entendida como a garantia da presença de alimentos em quantidade e qualidade para todos os membros da família. O acesso aos alimentos por uma parcela da população estudada não representa, no entanto, que ela esteja protegida de forma sustentável e permanente como se preconiza.

Mesmo considerada como forma de combater a fome, a distribuição de alimentos em cestas básicas não corresponde ou resgata os hábitos alimentares da população indígena. O

recebimento de cestas básicas pode, ainda, ser perpetuador da dependência por ações emergenciais quando mantidas por longo período.

O acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes e adequadas à cultura alimentar ainda é um desafio a ser ultrapassado por essa população. Diante dos dados apresentados, ainda são muitos os caminhos para o estabelecimento de ações para garantir a segurança alimentar e nutricional como direito humano na comunidade indígena estudada.

É fundamental que sejam levadas em conta as transformações socioeconômicas e ambientais que se verificam, de maneira heterogênea, em praticamente todas as terras indígenas do país, para que sejam articuladas estratégias de real sustentabilidade. Dada a grande diversidade de situações vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil contemporâneo, o entendimento de sua dinâmica alimentar/nutricional e demográfica requer uma abordagem interdisciplinar, que valorize as diferentes culturas e suas formas de organização sociopolítica.

Agradecimentos

A todos os integrantes da aldeia Boa Esperança e demais aldeias guarani, que receberam gentilmente a equipe de pesquisa. Aos agentes indígenas de saúde, que acompanharam as visitas aos domicílios. A todos os alunos e professores que participaram do Projeto de Pesquisa e Projeto de Extensão vinculados a este estudo. Os pesquisadores agradecem o apoio concedido pela Universidade Vila Velha – UVV/ES e pela Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP).

REFERÊNCIAS

1. Brasil-Consea. Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: Consea, editor. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. Fortaleza, julho de 2007.
2. Freitas MS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. *Rev Nutr*, Campinas. 2007; 20(1): 69-81.
3. Kepple AW, Gubert MB, Segall-Corrêa AM. Instrumentos de avaliação de segurança alimentar e nutricional. In: Taddei, José Augusto *et al.* (eds.). *Nutrição em Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Rubio, 2011.
4. Segall-Corrêa AM, Marin-Leon L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas-SP. 2009; 16(2):1-19.
5. Perez-Escamilla R, Segall-Corrêa AM, Maranhã LK, Sampaio MF, Marin-Leon L, Panigassi G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil *J Nutr* 2004;134(8):1923-8.
6. Segall-Corrêa AM. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*. 2007; 21 (60): 143–154.
7. Burlandy L, Costa RS. Segurança Alimentar e Nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: Kac G, Sichieri R, Gigante DP (orgs.). *Epidemiologia Nutricional*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Atheneu, 2007.
8. Azevedo MM, Segall-Corrêa AM, Ferreira MBR. Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os guarani no Estado de São Paulo. In: Mendes RT, Vilarta R, Gutierrez, GL. *Qualidade de vida e cultura alimentar*. Campinas: Ipês Editorial, 2009;176.
9. Fávoro T, Ribas DLB, Zorzatto JR, Segall-Corrêa AM, Panigassi G. Segurança Alimentar em famílias indígenas Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. 2007; 23(4):785-793.
10. Yuyama LKO; Py-Daniel,V; Ishikawa; NK; Medeiros, JF; Kepple, AW; Segall-Corrêa, AM. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas. 2008; 21(supl.):53s-63s.
11. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília/DF, 2010.
12. Segall-Corrêa AM, Pérez-Escamilla R, Maranhã LK, Sampaio MFA, Yuyana L, Alencar F *et al.* Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar em famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde; 2003. (Relatório Técnico).
13. Teao KM. Os guarani mbya: interfaces entre Antropologia e História. XXIV Simpósio Nacional de

- História, Seminário Temático Os Índios na História: Fontes e Problemas. São Leopoldo RS, 15-20 de julho de 2007.
14. TANGERINO, Celeste Ciccarone (Org.). Revelações sobre a terra : a memória viva dos guarani. Vitória : UFES, 1996;88.
15. Funai. Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Proposta de unificação das terras indígenas. GT, Portaria nº 0783/94, de 30 de agosto de 1994.
16. Teo KM. Arandu renda reko: a vida da escola guarani mbya. Espaço Ameríndio. 2008; 2:83-97.
17. Ladeira MI. "mbya Tekoa: o nosso lugar". São Paulo em Perspectiva vol. 3 no. 4 – Ecologia e Meio Ambiente, Fundação Seade, 1989, São Paulo. Yy pau ou Yva pau: Espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus – os índios guarani e as ilhas do Paraná. Centro de Trabalho Indigenista, 1990, Curitiba. O caminhar sob a luz: O Território mbya à Beira do Oceano, PUC, 1992, São Paulo.
18. Espírito Santo. Informações Municipais. Vitória: Secretaria de Estado de Ações Estratégicas e Planejamento. Departamento Estadual de Estatística, 1993.
19. Silva RJN, Garavello, MEPE. Alterações nas estratégias de subsistência: o caso dos índios brasileiros Xavantes. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2009; 16(1): 32-48.
20. Consórcio Abrasco & Institute of Ibero American Studies. Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas 2008-2009, Goteborg University, 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC São Paulo, 1992.
21. Linhares AC. Epidemiologia das infecções diarreicas entre populações indígenas da Amazônia. Cadernos de Saúde Pública. 1992; 8:121-128.
22. Santos RV, Coimbra Jr. CEA. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: Coimbra Jr. CEA, Santos RV, Escobar AL, eds. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003;13-47.
23. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2. ed rev. Brasília/DF 2003;144.
24. Brasil. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD. Brasília-DF, 2004.
25. Monego ET, Peixoto MRG, Cordeiro MM, Costa, RM. (In) segurança alimentar de comunidades quilombolas de Tocantins. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2010;17(1): 37-47.
26. Jesus HC, Santana EJ, Belo MJ, Silva LB, Ceotto CS, Castro NDM, Castro LB. Avaliação da poluição ambiental dos rios Piraquê-açu e Piraquêmirim (Santa Cruz – ES) através da análise de águas, biomonitorios e sedimentos. Relatório Técnico-Projeto Aracruz Celulose, Processo UFES nº 034373/2007-80. 2008.
27. Oliveira DBA. Os aldeamentos indígenas do distrito de Santa Cruz (Aracruz - ES) e suas inter-relações com os manguezais da bacia do rio Piraquê-açu: o caso das aldeias de Caieiras Velhas, Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-açu Mirim. 2009.109f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas)–Centro Universitário Vila Velha, Vila Velha, 2009.
28. Salgado CAB. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. Rev. de Estudos e Pesquisas, FUNAI, 2007;45:131-186.
29. Pellon LHC, Vargas LA. Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença: (des) caminhos na atenção à saúde dos guarani mbyá de Aracruz, Espírito Santo. Physis online. 2010;20(4):1377-1397. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18/06/2013.

Submissão: 19 de junho de 2013

Aprovado para publicação: 22 de agosto de 2013